



Ata nº 05/2021

**Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de
Pessoas no Estado do Rio Grande do Sul – COMIRAT/RS**

Reunião Ordinária - Junho/2021

Data: 10/06/2021 14h

Local: Microsoft Teams

Presentes:

1. Gabriela Penna - Estagiária da SJCDH/RS
2. Daniela Setim - Diretora do Departamento de Justiça da SJCDH/RS
3. Bibiana Waquil - Analista Social SJMR
4. Egídia Muraro - Centro de Orientação ao Migrante (COMIG)
5. Júlia Silveira - NEPEMIGRA/UFRGS
6. Juliano Almeida - FGTAS
7. Joseane Schuck Pinto - FMP
8. Luana Kovalski - CIBAI Migrações
9. Nepzady - CIBAI
10. Rianne - SES
11. Aurora - CRIM
12. Gisele Netto - ACNUR
13. Hector López - Cruz Vermelha
14. Laura Ferrari - SJMR
15. Lucas Rosin - gestor de projetos do Exército de Salvação
16. Pedro Gil - AVESOL
17. Valesca - Canoas
18. Luisivan - ERESUL
19. Aline Guimarães - Defensoria Pública do Estado
20. Ana Amélia - MPT

Pautas:

1. Informes
 - a. Chapecó SC
 - b. Ofício 1667 MPF
 - c. Fórum Nacional de Comitês Estaduais
2. Semana Estadual do Migrante
3. Projeto de Monitoramento da Interiorização



1. Informes - Chapecó SC

Daniela inicia a reunião informando sobre a manifestação que o COMIRAT-RS enviou para Conselho Estadual de Direitos Humanos, Diretoria de Direitos Humanos, Gerente de Políticas para Igualdade Racial e Imigrantes da Secretaria de Desenvolvimento Social, todos os órgãos mencionados do estado de Santa Catarina, e Prefeitura de Chapecó sobre o [vídeo](#) do Prefeito João Rodrigues com os migrantes venezuelanos no município de Chapecó/SC. Solicitamos, portanto, esclarecimentos sobre o ocorrido. Uma vez que o Comitê tem como objetivo monitorar as ações institucionais que dizem respeito à mobilidade humana, faz-se necessário abrir um diálogo com o município de Chapecó/SC a fim de permitir o compartilhamento de boas práticas e resoluções conjuntas. O COMIRAT-RS colocou-se à disposição para auxiliar em iniciativas de criação de comitê de atenção à população migrante no estado de Santa Catarina, compartilhar as experiências do Rio Grande do Sul, bem como entendemos ser importante a promoção de ações de sensibilização e orientação sobre como deveriam ser as atuações pelos órgãos do estado.

Ofício 1667 MPF

Daniela explica que foram solicitadas à SJCDH informações atualizadas sobre a chegada de imigrantes no RS, por meio do Ofício 1667 enviado pela Procuradora Suzete Bragagnolo. Responderam com as referências locais aqui do Estado, para o inquérito civil.

Fórum Nacional de Comitês Estaduais

Daniela e Gisele Netto (ACNUR) apresentam a proposta do Fórum Nacional de Comitês Estaduais, iniciativa inovadora e positiva para trocas de experiências, ações, boas práticas e dificuldades comuns em estados diferentes. A ideia é localizar outros comitês regionais da rede para realizar um primeiro encontro, no mês de julho. Em parceria com ACNUR, uma vez que a representante Gisele Netto também está inserida nos outros comitês. A periodicidade e normativa legal ainda não foram definidas, portanto a ideia é fazer uma primeira reunião de aproximação.

- Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (Cerma)
- Comitê Estadual de Atenção à Migração, Refúgio e Apatridia, Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação do Trabalho Escravo de Minas Gerais (Comitrate-MG)
- Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes (CEIPARM/RJ)
- Comitê Estadual para Refugiados (CER) de São Paulo
- Comitê Intersetorial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Atenção aos Refugiados e Migrantes do Estado do Amazonas
- Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado do Mato Grosso do Sul (CERMA/MS)
- Comitê Intersetorial de Política Estadual para Migração e Vítimas de Tráfico de Pessoas no Estado de Goiás
- Rede de Apoio a Migrantes na Bahia (RAMBA)



Informe Bibiana

Bibiana Waquil informa que não está mais estagiária da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, mas seguirá atuando na rede como Analista Social no SJMR.

2. Semana Estadual do Migrante

Gabriela apresenta o cronograma da II Semana Estadual do Migrante. A programação da II Semana Estadual do Migrante inicia dia 14 de junho e ocorre até o dia 22 de junho, com atividades virtuais que serão transmitidas pela [página da SJCDH/RS no Facebook](#). Entre os temas das mesas virtuais, contaremos com debates de fomento à instituição de comitês estaduais de atenção à população migrante e discussão sobre o fechamento das fronteiras terrestres e seus desdobramentos, além de inserção laboral via emprego e compartilhamento de experiências de migrantes empreendedores. Para mais informações: <https://sicdh.rs.gov.br/semana-estadual-do-migrante-tem-i?fbclid=IwAR1lmQgiZXPL>

PAUTAS EXTRAS: INSERÇÃO LABORAL, REVALIDAÇÃO DE DIPLOMA E DENÚNCIA MPT

Hector solicita que seja pautado sobre como muitos migrantes estão se valendo do trabalho igualitário das instituições (CIBAI, SJMR, SINE, ADRA) para sair de um emprego e entrar em outro, enquanto outros migrantes ficam sem oportunidade de entrar em empregos. Fala como é importante que seja feita uma análise, para encaixar migrantes e impedir que alguns migrantes fiquem desempregados. Reitera a importância das empresas de RH e instituições de vagas de emprego para migrantes estarem alinhadas, para que os migrantes não sejam prejudicados. Realiza uma fala sobre a valorização da formação dos migrantes, sobretudo dos migrantes racializados, para fornecer vagas que tenham relação com as experiências das pessoas ou então que ajudem com cursos e especializações, de modo a promover qualificação da inserção laboral da população migrante.

Bibiana fala sobre a discussão que houve no GT Integração Local sobre a inserção laboral de migrantes, reiterando sobre pensar de que forma isso acontece, para que haja uma forma integrada de modo que os empresários ou as instituições que promovem o acesso às vagas dialoguem entre si, para pensar em formas qualificadas de promover o acesso ao trabalho. Sem que uma inserção contraponha outra. Fala que essa discussão seja pautada na próxima reunião, para pensar em estratégias de como promover o maior diálogo entre esses atores.

Daniela faz sugestão para que essa pauta seja discutida na próxima reunião.

Daniela comenta sobre a questão dos protestos pelos coletores de lixo urbano, que estão tendo seus direitos ameaçados, salários atrasados e estão sendo violentamente reprimidos. Muitos são imigrantes. Dessa maneira, se iniciou um debate acerca do racismo, xenofobia e perda dos direitos trabalhistas. Foi relatado, pelo Héctor Lopez, que muitas vezes esses imigrantes ficam presos aos seus trabalhos por medo, por falta de oportunidades e por depender dos seus salários para sobreviver.

Ana Amélia (MPT) pede que a Daniela encaminhe mais informações para o MPT em relação aos problemas de pagamentos dos migrantes trabalhadores na coleta de lixo de Porto Alegre, para seguir com a denúncia. Além disso, relembra que o MPT tem um canal de



denúncias anônimas, que é preciso dar elementos para apurar os fatos, mas não é necessário se identificar. Canal de denúncia: <https://peticionamento.prt4.mpt.mp.br/denuncia>

- <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/06/coleta-de-lixo-domiciliar-e-interrompida-na-maioria-dos-bairros-devido-a-paralisacao-de-funcionarios-ckpobxt7u005w018momp5w0jq.html>
- <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/06/prefeitura-suspende-contrato-com-empresa-responsavel-pela-coleta-de-lixo-em-porto-alegre-ckpq7h77d00c50180n8feivq2.html>
- <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/06/09/prefeitura-de-porto-alegre-suspende-contrato-com-empresa-de-coleta-de-lixo-apos-paralisacao-dos-funcionarios.ghtml>

Hector também faz uma fala sobre o desconhecimento de servidores do CRAS sobre os direitos dos migrantes, sobre a equidade de direitos com nacionais e sobretudo sobre abuso de exigência de documentos. Ressalta a importância de haver tradutores nos CRAS, de francês, árabe, espanhol, que inclusive funcionaria por telefone, para ampliar a comunicação e melhorar o atendimento ao usuário.

Pedro Gil relata sobre a empresa que faz a coleta domiciliar de lixo em Porto Alegre e como muitos migrantes estão sujeitos a ocupar espaços de subemprego e são vítimas da falta de informação, faz uma fala sobre o desconhecimento das leis trabalhistas e a dificuldade da barreira linguística. O acesso aos direitos deveria ser uma política pública, sendo possível, inclusive, mobilizar os sindicatos. Sendo importante o papel da sociedade civil e do governo na distribuição de cartilhas informativas dos direitos laborais, bem como promoção de qualificações laborais (exemplo do Curso de Elétrica do COMIRAT-POA).

Laura Ferrari informa que haverá uma roda de conversa sobre direitos trabalhistas na Ação Social dia 19/06 no CRAS Norte. Mais informações: <https://sjmrbrasil.org/dia-mundial-refugiado-2021/>

Juliano agradece as colocações e informa que levará as sugestões de institucionalização de cartilhas sobre legislação trabalhista brasileira para a FGTAS. As questões da revalidação de diplomas também foram trazidas: demora, valor alto, dificuldade de entender a plataforma Carolina Bori. Há uma série de dificuldades de promoção da qualificação profissional, não há um centro de qualificação nos SINEs e não estamos conseguindo reconhecer a qualificação da mão de obra migrante, devido aos diversos desafios da revalidação de diploma.

Bibiana complementa sobre a situação de haitianos que trabalham na coleta de lixo domiciliar de Porto Alegre, uma vez que a violência da tropa de choque contra corpos negros e migrantes é expressiva e preocupante, sendo necessário que o COMIRAT-RS siga acompanhando, visto que essas manifestações vem sempre acompanhadas de repressões violentas. Também fala sobre a mobilização da Secretaria Municipal de Saúde para mediações culturais nos serviços, com a integração de tradutores auxiliando nos CRAS através da contratação de migrantes, não apenas de voluntários, reconhecendo a importância dessa função que qualifica o acesso a direitos das populações migrantes e como essas iniciativas poderiam ser replicadas para outros municípios do RS.



Luisivan (ERESUL) fala sobre como as dificuldades impostas no processo de revalidação de diploma impedem que o Brasil aproveite a mão de obra qualificada que está tentando se inserir no mercado de trabalho e está tirando oportunidades dos migrantes.

Gisele Netto (ACNUR) explica que o ACNUR tem uma parceria com a Compassiva para revalidação de diplomas: refugiados reconhecidos não pagam o valor inicial para o processo de revalidação, mas sim os outros trâmites exigidos pelas Universidades (tradução juramentada, documentação etc). Há outra linha para situação de emergência da Venezuela, em que financiam algumas revalidações de diploma de migrantes venezuelanos. Sempre encorajam que os casos sejam enviados para a Compassiva, porque o fato de morar em Porto Alegre não define que o migrante iniciará o processo de revalidação na UFRGS e como a Compassiva tem a experiência de saber os caminhos. Gisele explica que existem normas para o processo de revalidação, mas que essas normas não são coercitivas, por exemplo: a Universidade tem 6 meses para dar uma resposta ao solicitante da revalidação, após o início do processo. Contudo, não é previsto nenhuma medida caso a Universidade não dê nenhum retorno após o fim do prazo. Assim, a Compassiva acompanha os passos e auxilia o processo. ACNUR está trabalhando na construção de uma cartilha para revalidação e coloca a parceria ACNUR-COMPASSIVA à disposição para realizar capacitações para quem tem interesse em trabalhar com isso, para transmitir o “know how”. Já há uma parceria com o SJMR. O financiamento do ACNUR é exclusivo para refugiados reconhecidos e migrantes venezuelanos em qualquer status migratório, mas as orientações são para todos.

Luisivan questiona sobre o funcionamento da plataforma Carolina Bori e Gisele explica que, antes da pandemia, havia duas formas de iniciar o processo de revalidação: fisicamente na Universidade (costumava ser mais barato) ou pela plataforma Carolina Bori (valor, em média, de R\$1.500,00) que é um esforço do MEC em transformar a revalidação mais ágil e acessível. No entanto, é importante ter o conhecimento de saber quais universidades são mais rápidas, quais não costumam dar certo etc.

3. Projeto de Monitoramento de Interiorização

Bibiana apresenta que a ideia do “Projeto de Monitoramento de Interiorização” é dar continuidade às discussões do COMIRAT-RS em torno das dificuldades enfrentadas pelos municípios de acolhida com relação a chegada dos fluxos migratórios, tanto os que são parte da Operação Acolhida como os espontâneos. Por conta disso, em agosto de 2020, a coordenação do COMIRAT-RS fez uma reunião com as gestões municipais para fazer uma aproximação dessa realidade, para que a gestão estadual conheça as dificuldades e também as estratégias construídas pelos municípios de acolhida. No final do ano, seguiu-se falando sobre a falta de diálogo entre os atores federais e municipais, como muitas vezes os municípios acabam não sendo informados sobre a chegada dos fluxos migratórios. Foi então realizada uma reunião sobre a iniciativa de instauração de pontos focais (resposta que a SJCDH enviou ao Ofício 1667 do MPF). Como desdobramento dessas discussões, foi proposto, no âmbito do COMIRAT-RS, que o Comitê se tornasse um espaço de monitoramento desses fluxos.

Entendendo a Operação Acolhida como uma política social e, como tal, requer um espaço de controle, de participação social, em que a gestão se proponha a escutar tanto os



usuários como os profissionais que trabalham junto dessa política, sugere-se a instituição de espaço de monitoramento da força-tarefa a nível estadual, a partir de dois eixos (i) Diálogo com gestores municipais e profissionais dos serviços da rede socioassistencial dos municípios de acolhida e (ii) Diálogo com os usuários da Operação Acolhida.

Em termos de metodologia, a ideia é de encontros bimestrais, intercalados entre o Eixo 1 e 2.

Para a aproximação com os migrantes, entende-se que o eixo 2 seria contemplado por meio dos CRAS, uma vez que é a porta de entrada nos municípios de acolhida.

Ana Amélia (MPT) relembra que na reunião com o Ministério da Cidadania em 2020, houve a justificativa da ausência de transparência dos fluxos de interiorização porque não se tinham referências nos municípios de acolhida. Dúvida: como saber os municípios de acolhida se eles continuam não sendo informados pela Operação Acolhida?

Bibiana sugere buscar nos municípios com maior nº de acolhidos no estado, com base no estudo conduzido pelo Departamento de Economia e Estatística, vinculado à Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (DEE/SPGG), em conjunto com a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), com os dados do cartão SUS e CadÚnico e também pela plataforma que tem como base os Registros Nacionais Migratórios.

Gisele Netto (ACNUR) explica que a estratégia de Interiorização do Governo Federal tem 4 eixos:

- modalidade institucional: quando saem dos abrigos em Roraima e vão para centros de acolhida e integração (modalidade que o ACNUR atua, financiando um centro de acolhida: em Porto Alegre é o Aldeias Infantis, portanto o ACNUR teriam como fornecer informações)
- interiorização laboral por vaga de emprego sinalizada: empresas fazem contato direto e o meio de campo de informações pertence ao Governo Federal.
- interiorização por reunião familiar;
- reunião social
- Dashboard da Interiorização (OIM, ACNUR, Operação Acolhida e Governo Federal) indicando da estratégia de interiorização, quais são os municípios que mais receberam fluxos: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/> Outros fluxos não passam pela estratégia de Interiorização oficial: fluxos independentes que não estão espelhados no Dashboard.

Juliano faz sugestões para o plano de ação:

- Eixo 1- entrar em contato com o Departamento de Assistência Social da Secretaria de Igualdade, Cidadania e Direitos Humanos, pois tem esse papel de orientar a Assistência Social nos municípios.
- Eixo 2- importante que seja no CRAS esta ação para trazer esta população para este espaço, mas também coloca as unidades FGTAS como espaço para ajudar nesta questão.

Encaminhamentos



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE JUSTIÇA,
CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

1. Banco de informações no blog do COMIRAT-RS como espaço de referência com cartilhas de orientações para migrantes.
2. Acrescentar proposições ao Plano de Monitoramento e apresentar na próxima reunião.